



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10120/002.856/92-81

Recurso nº : 110.247

Materia : IRPJ E OUTROS - EXS: 1988 A 1990

Recorrente : CONSTRUTORA PIRES LTDA.

Recorrida : DRJ EM BRASÍLIA - DF

Sessão de : 16 DE ABRIL DE 1997

Acórdão nº : 103-18.552

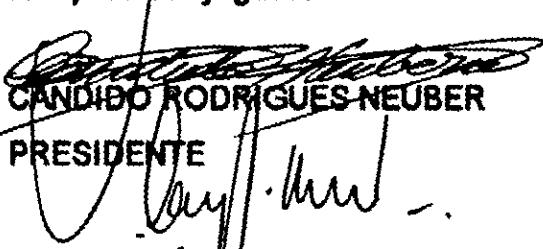
IRPJ/PIS/DEDUÇÃO - EXERCÍCIOS DE 1988/1990 - GLOSA DE DESPESAS FINANCEIRAS - TRD - UFIR - Reputam-se desnecessárias à atividade certas despesas financeiras arcadas pelo contribuinte na direta proporção e montante de empréstimos não onerosos feitos a terceiros no mesmo período.

É indevida a incidência da TRD no período anterior a agosto de 1991.

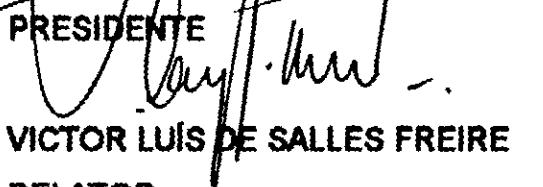
É constitucional a incidência da UFIR sobre débitos fiscais não pagos na época oportuna.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CONSTRUTORA PIRES LTDA.,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento parcial ao recurso para excluir a incidência da TRD no período de fevereiro a julho 1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER

PRESIDENTE


VÍCTOR LUIS DE SALLES FREIRE

RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 MAI 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Vilson Biadola, Márcio Machado Caldeira, Edson Viana de Brito, Sandra Maria Dias Nunes e Márcia Maria Loria Meira. Ausente justificadamente a Conselheira Raquel Elita Alves Preto Villa Real.



Processo nº 10120/002.856/92-81

Recurso nº 110247
Acórdão nº 103-18.552

Recorrente: Construtora Pires Ltda.

RELATÓRIO

A r. decisão monocrática de fls. 232/240 entendeu de determinar o prosperamento apenas parcial do auto de infração de IRPJ e respectiva decorrência de PIS/Dedução daí emergente. Neste sentido limitou o crédito tributário apenas à glosa de certas despesas financeiras dadas no Termo de Verificação Fiscal como custo indedutível e assim consagrou ao final a exigibilidade dos montantes declinados a fls. 240 a título de IRPJ e PIS/Dedução, ao mesmo tempo em que reduziu certo prejuízo fiscal.

No seu apelo de fls. 244/252, após a devidamente intimada dos termos do veredicto, se volta contra esta acusação restada confirmada para deixar assente que "a glosa de despesas financeiras não foi feita porque não eram legítimas legais e necessárias às atividades da recorrente, mas tão somente como forma compensatória de uma suposta correção monetária devida em empréstimos feitos a terceiros". A seu entender "esse entendimento do autuante é absurdo, à margem da lei, contra a disposição da norma" já que "não tendo como na lei autuar a receita, glosou o correspondente na despesa e zerou a suposta diferença" de tal maneira a atingir aquilo que denominou de "forma de COMPENSAÇÃO (sic) fiscal" ou "COMPENSAÇÃO DE RECEITA VIA GLOSA DE DESPESA (sic)". Pede afinal a exclusão da correção do crédito fiscal, ora pelo ataque à TRD, ora pelo ataque à própria UFIR.

É o breve relato.



Processo nº 10120/002.856/92-81

ACÓRDÃO Nº 103-18.552

V O T O

Conselheiro Victor Luis de Salles Freire, Relator;

O recurso é tempestivo e assim tem o devido pressuposto de admissibilidade.

No âmbito da acusação maior remanescente - glossa de despesas financeiras dadas como indedutíveis - entendo que improcede o inconformismo do contribuinte, haja vista que o lançamento efetivamente as considerou como desnecessárias e isto está escrito no auto de infração claramente.

Na espécie não se cuidou de exigir imposto sem a devida previsão legal, ou, para usar a terminologia do contribuinte, não fez o Fisco qualquer "compensação fiscal" para assim exigir o crédito tributário de IRPJ. Em verdade, na espécie a autuação foi bastante explícita ao entender que, tendo o contribuinte, de um lado tomado empréstimos, fruindo de juros passivos, e de outro lado emprestado dinheiro a terceiros sem quaisquer juros ativos, no fundo, até o montante dos mesmos, tornou aqueles juros passivos desnecessários à atividade produtora. Em verdade eles os são já que, não tivesse havido o socorro a "terceiros", por sinal altamente prejudiciais à recursante pela não pactuação de qualquer remuneração, seguramente esta não precisaria ter ido aos bancos para suprir o seu caixa despojado do numerário graciosamente "emprestado". Em suma não pode o Fisco arcar com a generosidade aparente da autuada (porque até pode ter havido remuneração à margem da contabilidade), subsidiando no fundo, via diminuição do imposto de renda que lhe é devido, a remuneração contabilmente não apropriada.

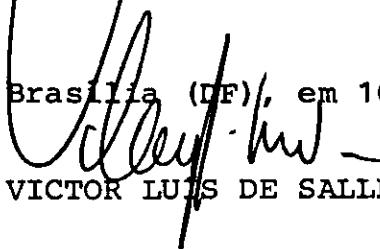
Destaque-se, por oportuno, que o critério de apuração do gasto dado como indedutível foi suave na medida em que se considerou correção monetária e juros de 1% ao mês, quando sabidamente no País as taxas de juros reais são bastante superiores.



Improcedendo assim o mérito do apelo, cabe apenas se deferir ao contribuinte o pleito de exclusão da TRD no período anterior a agosto de 1991 em face da jurisprudência remansosa no seio desta Corte, haja vista a validade constitucional da UFIR.

É como voto, provendo parcialmente o recurso.

Brasília (DF), em 16 de abril de 1997


VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE